

# MEDICINA, SAÚDE, DOENÇA E COLONIALISMO EM MOÇAMBIQUE (1930-1940)\*



Medicine, Health, Disease and Colonialism in Mozambique  
(1930-1940)

Profa Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa (UFAM)\*

## Resumo

Neste artigo, apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa em andamento sobre a história da malária em Moçambique, examinando os esforços direcionados ao seu controle, entre décadas de 30 e 40 do século XX. Para isso, delinea-se a importância dos acervos coloniais para o estudo da doença e das práticas médicas científicas no estudo de processos históricos marcados conflitos e negociações, rupturas e permanências e, por fim, busca-se propor novas perspectivas analíticas e problematizar heranças epistemológicas coloniais.

**Palavras chaves:** Colonialismo; História da Saúde e da Doença; Moçambique.

## Abstract

In this article, we present the partial results of an ongoing research into the history of malaria in Mozambique, examining efforts aimed at its control between the 1930s and 1940s. For this, it outlines the importance of colonial collections for the study of disease and scientific medical practices in the study of historical processes marked by conflicts and negotiations, ruptures and permanencies and, finally, it seeks to propose new analytical perspectives and problematize epistemological legacies colonial.

**Keywords:** Colonialism, Sudan, Mahdist Revolt.

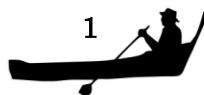
## INTRODUÇÃO

O estudo histórico da doença tem-se revelado um profícuo campo de investigação em contínuo crescimento. Discussões sobre as transformações das noções de uma

---

\* Pesquisa conta com financiamento do CNPQ. Título do Projeto em andamento: Uma História da Saúde e das Doenças na África colonial: contextos, narrativas e experiências sociais nas possessões portuguesas. Universal MCTIC/CNPq Nº 28/2018.

\* Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Atuando em Pesquisa, Ensino e Extensão nas áreas da História, com ênfase na História da África e na História da Saúde e das Doenças. E-mail: [keithbarbosa@ufam.edu.br](mailto:keithbarbosa@ufam.edu.br)



determinada doença e sua história tornaram-se temas privilegiados não apenas de profissionais ligados ao campo da história da saúde, mas de investigadores das ciências humanas em geral<sup>1</sup>. E, algumas doenças infecciosas, como a malária, continuam despertando o interesse de pesquisadores tanto enquanto fenômeno social e porque ainda representa um grave problema para o desenvolvimento dos países afetados e suas populações. Mesmo com os avanços tecnológicos das últimas décadas do século XX, que proporcionaram a identificação dos plasmódios causadores da malária, o conhecimento da variedade parasitária e os mosquitos vetores, alguns países do continente africano ainda detêm altas taxas de infecção da doença<sup>2</sup> verificando-se a propagação da doença<sup>3</sup>.

Nesse sentido, investigar a doença enquanto fenômeno social, para além da sua variante biológica, significa avançar em questões abordadas nas principais instituições acadêmicas brasileiras<sup>4</sup> e estrangeiras<sup>5</sup> no que diz respeito às especificidades históricas das sociedades africanas marcadas pelas profundas transformações econômicas e sociais.

Logo, propomos neste artigo uma abordagem em torno da história da doença nos espaços africanos<sup>6</sup>, nas primeiras décadas do século XX, que se insere de forma relevante nas discussões historiográficas contemporâneas. Pois, considerando a complexidade das estruturas políticas, sociais e culturais engendradas no contexto histórico do colonialismo europeu do século XX, a perspectiva em torno da malária como objeto central de estudo

---

<sup>1</sup> O antropólogo Paulo Granjo (2009) observou em seu trabalho de campo que as tensões entre a biomedicina e a “medicina tradicional” em Moçambique são produzidas pela desvalorização das noções locais acerca da doença e o viés social para entender sua etiologia e processo de cura. Cf. GRANJO, Paulo. “Saúde e doença em Moçambique”. In: Saúde e Sociedade, v. 18, n. 4, janeiro de 2009, p. 567- 581. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29484/31344>>. Acesso em: 17/07/2019. Destaca-se também o interessante trabalho do antropólogo brasileiro Luis Passador (2011): PASSADOR, Luis. Guerrear, casar, pacificar, curar: o universo da ‘tradição’ e a experiência com o HIV/AIDS no distrito de Homoíne, sul de Moçambique. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas/SP, 293 p. 2011.

<sup>2</sup> Ver dados atualizados em: MENEGHIN, Rogério Almeida (et. all). Panorama mundial de patentes sobre o uso de artemisinina no combate à malária . *Revista Brasileira de Gestão e Inovação – Brazilian Journal of Management & Innovation* v.4, n.3, Maio/Agosto – 2017. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/RBGI/index>. Acesso em: 27/07/2019.

<sup>3</sup> NOORMAHOMED, Emília Virginia e ROSÁRIO, Virgílio E. do. Aspectos da história da malária em Moçambique no período colonial. *Mnemosine Revista / Programa de Pós-Graduação em História*. Centro de Humanidades Universidade Federal de Campina Grande. n. 1 (2016), p.34).

<sup>4</sup> No Brasil, a discussão sobre a profilaxia da malária no início do século XX representou um importante momento no processo de institucionalização da medicina tropical no Brasil. Ver: LIMA, Nísia Trindade; BOTELHO, André. Malária como doença e perspectiva cultural nas viagens de Carlos Chagas e Mário de Andrade à Amazônia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.3, jul.-set. 2013, p.745- 763.

<sup>5</sup> Ver o estudo clássico de ARNOULD, David. *Warm climates and western medicine: the emergence of tropical medicine*. Atlanta: Rodopi. 1996.

<sup>6</sup> Para uma discussão sobre a erradicação de outra importante doença infecciosa, ver: Foege, William H. Commentary: Smallpox eradication in West and Central Africa revisited. *Bulletin of the World Health Organization*, 1998. v. 76, p. 233-35.



desvela tessituras estruturantes da ocupação colonial dos territórios africanos através do acúmulo de conhecimento das doenças infecciosas, assim como o controle da disseminação da doença, ou seja, produzindo “um novo conjunto de relações sociais e espaciais”<sup>7</sup>.

No lastro de um vigoroso debate historiográfico na área dos estudos africanos, iniciado na década de 1990, os estudos coloniais e pós-coloniais têm demonstrado através de novos percursos teóricos e metodológicos que é necessário rediscutir as consequências trágicas dos projetos imperialistas que acompanharam o colonialismo na África em suas múltiplas dimensões, cultural e social.

Segundo Frederick Cooper (2016), em seus principais trabalhos sobre o colonialismo tardio e a descolonização, para examinar o colonialismo torna-se necessário privilegiar novas fronteiras e temas que rompam com a dicotomia redutora entre colonizados e colonizadores. Dessa forma, direcionar o olhar crítico para as múltiplas tensões no interior dos impérios, dando ênfase à agência dos colonos, das populações nativas e às expressões do domínio colonial, pode suscitar novas questões e ferramentas analíticas para investigação no campo dos estudos africanos. De acordo com Cooper,

Não é fácil perceber o que os africanos pensavam a respeito da estrutura simbólica do poder colonial ou das identidades que lhes foram atribuídas. Seria possível desmontar o edifício cultural do Ocidente tijolo a tijolo e utilizar partes dele para moldar visões culturais bastante diferentes. Uma das tarefas mais promissoras levadas a cabo por acadêmicos inovadores é a reconstituição destes processos. Assim, uma linha de investigação que partiu da oposição entre o eu e o outro acabou por reconhecer o caráter artificial destas dicotomias e complexa bricolage através da qual os africanos nas colônias adotaram práticas e crenças<sup>8</sup>.

Nesse sentido, defendemos que é necessário problematizar como os saberes médicos e científicos foram fundamentais para a produção de narrativas e imagens acerca das doenças tropicais em termos raciais e culturais relacionados aos espaços africanos. Propomos, através da análise dos registros sobre a malária em Moçambique, coletados a partir da pesquisa documental no acervo digital do *Portal das Memórias de África e do Oriente*, examinar os mecanismos e ações utilizados pelos impérios coloniais para

<sup>7</sup> MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. p.38 e 39.

<sup>8</sup> COOPER, Frederick. *Histórias de África. Capitalismo, modernidade e globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016, p. 93-94.



aprofundar o conhecimento sobre os territórios africanos, um processo complexo que não deve ser examinado pela relação simplista entre colonizados e colonizadores.

Observamos que os registros documentais compilados revelam variados registros sobre o impacto de doenças infecciosas como a malária. Verificam-se os esforços direcionados ao seu controle, na primeira metade do século XX, que eram determinados por parâmetros específicos, tais como, a demografia, o ambiente e as agências externas nos espaços africanos marcados pela experiência da violência colonial.

De acordo com Wilson Trajano Filho e Juliana Braz Dias (2015), para além da dimensão econômica e política do fenômeno colonial (que marcou de forma violenta as experiências das populações africanas), reflexões contemporâneas buscam investir em análises que tendem a considerar a experiência colonial como um modo de percepção do mundo e de enquadramento da vida social. Segundo os autores,

O estudo da vida colonial precisa, então, abrir-se ao exame de novos terrenos, como a linguagem, os atos de sociabilidade, a vida doméstica, os rumores e as variadas formas de manifestação artística. O conjunto desses campos nos fornece elementos para uma apreciação mais acurada do que foram as experiências nascidas desse encontro transformador em território africano<sup>9</sup>.

A historiadora portuguesa Claudia Castelo (2006) aponta que o estudo do colonialismo dos séculos XIX e XX transformou-se, mais recentemente, em objeto de pesquisa para a historiografia portuguesa. De acordo com autora, embora alguns estudos ainda apresentem um caráter nostálgico em relação ao passado colonial, uma nova geração de pesquisadores tem buscado “problematizar, comparar e contextualizar para iluminar processos de tensão e negociação, momentos de ruptura e longas persistências”<sup>10</sup>

Deste modo, a ênfase na história da malária revela importantes processos de interações sociais e espaciais que se engendravam nos territórios da África oriental. Pois, em um novo contexto de desenvolvimento teórico e metodológico da história da medicina do século XX, incluem-se outros elementos na determinação das doenças, além do

---

<sup>9</sup> TRAJANO FILHO, Wilson; DIAS, Juliana Braz. “O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social”. In: Anuário Antropológico, n. II, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/137114>>. Acesso em: 10/07/2019. p. 9.

<sup>10</sup> CASTELO, Cláudia. “Apresentação: memórias coloniais: práticas políticas e culturais entre a Europa e a África”. In: Cadernos de Estudos Africanos, 9/10, 2006. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cea/1195>>. Acesso em: 01/05/2019.



conhecimento da biologia, a matemática, a estatística e as ciências humanas e sociais são incorporados ao estudo da doença<sup>11</sup>.

Logo surge a questão, o que ainda pode revelar o investimento em novas pesquisas no campo da saúde, medicina e na história das doenças nos espaços africanos transformados pela experiência do colonialismo? Considerando que a ocupação colonial se inscrevia em um novo cenário de relações espaciais em que era latente a reprodução de fronteiras e hierarquias<sup>12</sup>, observa-se como o conhecimento das patologias infecciosas tornava-se uma dimensão estruturante destas ações, tais como o controle físico e geográfico dos territórios africanos.

## **EXPERIÊNCIAS COLONIAIS: PRÁTICAS E SABERES MÉDICO CIENTÍFICOS**

O olhar atento a história da malária em Moçambique, com ênfase no próprio conceito da doença e seus limites<sup>13</sup> e, para além do estudo da história da medicina e da história natural da doença, nos conduz a uma discussão que a profunda heterogeneidade destes espaços e a multiplicidade dos discursos coloniais estruturantes das relações coloniais no processo de *territorialização* dos espaços africanos.

Diversos pesquisadores concordam que o colonialismo se constitui uma experiência histórica global<sup>14</sup>. No entanto, considerando a complexidade das estruturas políticas, sociais e culturais no contexto histórico marcado pelo colonialismo, alguns autores abordam a implantação dos sistemas de saúde e medicina nos territórios africanos e como foram marcados internacionalização das pesquisas na primeira metade do século XX<sup>15</sup>, ou seja, as relações entre saúde e doença passam a iluminar muito além dos processos biológicos.

A retomada crítica acerca das estruturas teóricas e conceituais que alimentaram os modelos de assistência médica colonial e o combate às doenças epidêmicas a atual

---

<sup>11</sup> CARVALHO, Diana Maul. História das doenças e epidemiologia: encontros e desencontros. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres *Uma história Brasileira das doenças*, vol. 6. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

<sup>12</sup> MBEMBE, Achille. *Op. cit.*, 2018, p.41.

<sup>13</sup> GRMEK, Mirko D. *História da Sida*. Editora Relógio D'água. 1994.

<sup>14</sup> É importante não reduzirmos as experiências africanas apenas ao contexto do tráfico transoceânico entre os séculos XV e XIX. No entanto, o colonialismo tornou-se uma experiência histórica global em todo o continente africano. Ver discussão em: PAIVA, Felipe. *Indômita Babel*. Resistência, colonialismo e a escrita da história na África. EDUFF, Niterói/RJ. 2017, p. 23

<sup>15</sup> ROQUE, Ana Cristina. “Doença e cura em Moçambique nos relatórios dos Serviços de Saúde dos finais do século XIX”, *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 21 (2), 2014. pp. 515-537.



República de Moçambique desvelam dimensões das complexas dinâmicas sócio demográficas que marcaram os espaços coloniais lusófonos, além de inscrever a atuação dos médicos portugueses nos debates internacionais acerca das pesquisas sobre a malária no período, assim revelam-se dinâmicas de poder estreitamente conectadas e que se construíram relacionadas às explicações sobre os significados das doenças, suas classificações e as formas de controle que eram empreendidas no período colonial.

A compilação de fontes documentais dos acervos coloniais, a partir da ênfase na história da malária em Moçambique, revela informações a respeito do quadro clínico e dos discursos produzidos sobre a doença, em um contexto médico-científico específico, que se operava transformações relacionadas as concepções de saúde e da doença, torna possível perscrutarmos uma dimensão histórica que tem como pano de fundo o colonialismo e, assim, formularmos uma série de questionamentos<sup>16</sup>. Surgem questões sobre como a disseminação da malária afetava o cotidiano das populações em Moçambique? Quais esforços direcionados a seu controle no contexto colonial? Como as populações locais teciam estratégias de cura e sobrevivência em relação à disseminação da malária no interior das comunidades locais, revelando universos sociais diversificados na costa oriental africana? Quais os variados programas locais de controle da malária inaugurados na primeira metade do século XIX?

Os espaços africanos foram transformados pelas experiências coloniais desde fins do século XIX até meados do século XX. As colônias luso africanas estavam localizadas em diferentes regiões do continente africano<sup>17</sup>. Tais regiões foram transformadas em territórios coloniais em um processo de contínuo de implantação novas fronteiras geográficas, construção de portos, ferrovias, indústrias apontavam para as novas dinâmicas sociais foram estabelecidas com o rápido crescimento urbano de alguns centros. Na região africana oriental, a colônia de Moçambique estava inserida no *hinterland transvaliano* e experimentou rápidas transformações sociais e urbanas no decorrer do período colonial assim como outras regiões do continente africano.

---

<sup>16</sup> Aqui propomos estabelecer, como sugere Diana Maul de Carvalho, um diálogo entre dois autores como referências teórico-metodológico, Rosenberg e Grmek. CARVALHO, Diana Maul. História das doenças e epidemiologia: encontros e desencontros. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres *Uma história Brasileira das doenças, vol. 6*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016. 27.

<sup>17</sup> De acordo com Omar R. Thomaz, com a desagregação do terceiro império português novos países emergiram. “Em outras palavras, a criação de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe se fez pela negação do império, apropriando-se daquilo que, em última instância havia sido a sua invenção.” THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p.29.



De acordo com Valdemir D. Zamparoni, no período em que a administração portuguesa instala-se na região de Moçambique, verifica-se, nas últimas décadas do século XIX, a “constituição de um novo tipo de colônia baseada, sobretudo, na prestação de serviços – portos, ferrovias – e no fornecimento de força de trabalho migrante para as colônias vizinhas do *hinterland* e para as *plantations* nas áreas controladas pelas companhias concessionárias capitalistas”<sup>18</sup>. Dessa maneira, a compilação das estratégias tecidas pelo Estado e o impacto dessas ações na comunidade podem revelar experiências da população que vivia naquelas regiões e, talvez, possamos penetrar no tecido social que se formava progressivamente com o início das disputas pelos territórios africanos na segunda metade do século XIX.

Os projetos colonialistas portugueses voltados para suas coloniais africanas configuraram-se como processos dinâmicos<sup>19</sup>. Talvez possamos pensar em um processo de cientificização do território moçambicano como importante elemento estruturante do colonialismo português na região. Alguns trabalhos recentes problematizam as dimensões da saúde e das práticas médicas científicas no período de dominação colonial, a assistência médica no processo descolonização e as dimensões da saúde na sociedade moçambicana contemporânea privilegiando as tensões e aproximações entre a biomedicina e as “medicinas tradicionais”<sup>20</sup>.

No momento em que se estruturavam os serviços de saúde para a colônia, caracterizado pelo incentivo do atendimento médico à população e do desenvolvimento das campanhas sanitárias, estabelecia-se um processo de construção da legitimação das ações coloniais na região, ao mesmo tempo em que garantia a manutenção da força de trabalho produtiva, fundamental para abastecer as novas frentes de trabalho em expansão<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> ZAMPARONI, V. *Entre Narros & Mulungos. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890-c. 1940*. Tese de doutorado, USP, 1998., p. 19.

<sup>19</sup> Sobre a ocupação da colônia no período de construção do Estado colonial português, ver: CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp/Anpocs, 2009. Sobre as características dos reinos e desses espaços banhados pelo Índico antes do processo de dominação colonial, ver: BHILA, H. H. K. “A região ao sul do Zambeze.” In: *História geral da África V*. (p. 755-806) Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190253POR.pdf>. Acesso em: 30/12/15; e também: M’BOKOLO, Elikia. “O império do ‘mwene mutapa’.” In: *África Negra: história e civilizações*. Salvador: Ed. Edufba; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009, p 164-80.

<sup>20</sup> SANTANA, Jacimara Souza. *A experiência dos Tinyanga, médicos-sacerdotes, ao sul de Moçambique: identidades, culturas e relações de poder (C. 1937-1988)*. UNICAMP: Campinas, SP. 2014

<sup>21</sup> MORAIS, Carolina Maíra Gomes. *Estado colonial português e medicina ao sul do Save, Moçambique (1930-1975)*. Dissertação, COC/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2014.



A conjuntura sociopolítica que se formava no século XX, com a ocupação do espaço africano em um contexto de configuração das fronteiras coloniais, mobilidade e fluxos populacionais - inter-regionais e transnacionais - na África Austral tornava crucial que as autoridades coloniais debruçassem sobre as questões de saúde. A profunda heterogeneidade que permeava os espaços coloniais na primeira metade do século XX e os referenciais teóricos que se estruturavam em relação a explicação das doenças convergiam para um modelo de entendimento da malária que se inscrevia em diversas variáveis (clima, ecologia, etc).

Ana Cristina Roque (2016) ao descrever as epidemias na colônia de Moçambique e relacioná-las com as mudanças políticas do período observa que os espaços coloniais foram marcados por uma política de segregação associados com a ocupação progressiva da colônia. Segundo a autora, nas primeiras duas décadas do século XX, os serviços de saúde em Lourenço Marques expressavam uma preocupação com a melhoria das condições de vida da população branca e baseavam-se em alguns critérios que se relacionavam, tais como, a saúde, a doença, o crescimento urbano e o ambiente. As ações de saneamento da região e assistência médicas eram informadas pelo "pressuposto da exclusão e segregação social da população indígena, principal agente de insalubridade e causa de doença"<sup>22</sup>.

Philip J. Havik (2012) argumenta que as mudanças de paradigmas em fins do século XIX, no campo das práticas e saberes médico-científicos, foram questões fundamentais para a construção do conceito de saúde pública. No âmbito das políticas de saúde reforçava-se a insalubridades das populações locais, que "eram descritos no discurso biomédico por serem portadores de um determinado leque e estirpe de patologias associadas a certas características coletivas (por exemplo, raciais, étnicas, religiosas e de sexo ou gênero)"<sup>23</sup>. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa do historiador apresenta elementos inovadores, na medida em que examina o processo de como as políticas coloniais em África foram moldadas pelo discurso biomédico. Ao considerar que o conceito de saúde pública e as políticas coloniais estão inter-relacionados, amplia o debate

---

<sup>22</sup> ROQUE, Ana Cristina. Doenças endêmicas e epidêmicas em Lourenço Marques no início do Século XX: processos de controlo versus desenvolvimento urbano. (2016) Anais Inst. Hig. Med. Trop. 2016; 16:167-174. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/199254079.pdf>. Acesso em 30/06/2021.

<sup>23</sup> HAVIK, Philip J. Saúde pública, microbiologia e a experiência colonial: o combate à malária na África ocidental (1850-1915). In: BARRETO, Renilda; BASTOS, Cristiana. *A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios*. CIDADE: Edições ICS, 2012, p. 317-350, p. 344.





na historiografia contemporânea sobre como o discurso médico foi importante para a construção e a manutenção dos impérios europeus em África.

Em termos gerais, através de um conjunto importante de documentos sobre a abrangência dos serviços de saúde em uma das regiões da África portuguesa<sup>24</sup>, Philip J. Havik (2012) aborda o protagonismo e a colaboração dos médicos na construção do império e como os discursos produzidos por esses profissionais foram utilizados pelas autoridades coloniais para identificar o comportamento das populações locais como um entrave ao combate das doenças, ou seja, nutrindo os discursos racistas<sup>25</sup> sobre as populações africanas, que passaram a ser vistas como agentes de propagação de vetores de diversas doenças infecciosas. Nesse sentido, uma doença que preocupava a administração colonial se desatacava, a malária. Para P. Havik,

O caso da malária, sem dúvida uma das doenças tropicais mais emblemáticas que grassava no continente, serve como exemplo e fio condutor de um olhar sobre as políticas de saúde e o seu alcance. Por ser uma doença que era, e é, trans-social e trans-cultural, afetando tanto as vidas das populações nativas como dos alóctones, as estratégias de prevenção e combate seguidas testaram o conceito de saúde pública e revelaram os raciocínios e interesses em que se basearam as medidas adotadas<sup>26</sup>.

Estava muito claro para os dirigentes coloniais, responsáveis pelos serviços de saúde na região, que a malária era um obstáculo a colonização europeia em África. Logo, não mais era possível deixar de examinar o processo dinâmico de interação com as populações locais, tanto na área urbana como para os vastos sertões da província.

---

<sup>24</sup> Ver também: HAVIK, Philip J. “Boticas e beberagens: a criação dos serviços de saúde e a colonização da Guiné”. In: *Africana Studia*, n. 10, 2007, p. 235-70. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/280879964>>. Boticas e Beberagens a criação dos serviços de saúde e a colonização da Guine. Acesso em: 27/07/2019.

<sup>25</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre as sociedades coloniais do século XX ver: BETHENCOURT, Francisco. *Racismos. Das cruzadas ao século XX*. Lisboa: Editora Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2015.

<sup>26</sup> HAVIK, P. Saúde pública, microbiologia e a experiência colonial: o combate à malária na África ocidental (1850-1915). In: BARRETO, Renilda; BASTOS, Cristiana. *A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios*. CIDADE: Edições ICS, 2012, p. 317-350, p. 321.



## PERCORRENDO OS ARQUIVOS COLONIAIS: POLÍTICAS DE SAÚDE E HISTÓRIA DA DOENÇA

A partir dos textos médicos, prontuários e relatórios médicos produzidos na primeira metade do século XIX, é possível acompanhar o processo de transformação na política colonial. Verifica-se com o aparato de assistência a saúde implantado nas colônias portuguesas, como ocorreu em Moçambique, a construção das instalações antimaláricas, o reforço controle do combate a doença em uma região que passou ser crucial para a manutenção do império português desde o final do tráfico de escravos. Desse modo, os documentos analisados neste artigo fazem parte dos acervos da burocracia colonial e, na última década, tem sido utilizado por pesquisadores de diversos campos de conhecimento para discutir as práticas médicas científicas coloniais na África e Ásia.

Nos documentos publicados no periódico *Moçambique: Boletim Trimestral*, Mario de Carvalho Pereira<sup>27</sup>, da Seção de Entomologia da Estação Antimalárica em Lourenço Marques e o Dr. Botha Meillon<sup>28</sup>, do The South African for Medical Research, em Johannesburg, registraram relatórios e pesquisas feitas a partir da estação antimalárica.

O relatório publicado em 1940, faz referência a criação da Estação antimalárica de Moçambique em 1937, período em que foi iniciado a prospecção anofelina na Moçambique. No relatório publicado de 1941 o artigo intitulado “Notas sobre alguns anofelinos da África Oriental Portuguesa”<sup>29</sup> encontramos registros das coletas feitas na região. O recrudescimento em relação a disseminação da malária em Lourenço Marques parece explicar a criação das estações antimalárica na região e a rápida adesão dos pesquisadores envolvidos com o combate da doença.

---

<sup>27</sup> No relatório publicado em 1959, pelo diretor do Instituto de Investigação médica em Moçambique, Alberto Aníbal Navarro Soeiro, Mario de Carvalho Pereira é descrito como técnico entomologista. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/109535/1/CX06\\_SEP236Soeiro.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/109535/1/CX06_SEP236Soeiro.pdf) Acesso em: 01/07/2021.

<sup>28</sup> Notas sobre biografia do Dr Botha de Meillon, ver: M. Coetzee (2001) Dr Botha de Meillon, *Annals of Tropical Medicine & Parasitology*, 95:2, 219-221. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00034983.2001.11813632?journalCode=yphg19> Acesso em: 01/07/2021.

<sup>29</sup> PEREIRA, Mario de Carvalho; MEILLON, Botha. Notas sobre alguns anofelinos da África Oriental Portuguesa. In: *Moçambique: Boletim Trimestral*. n.23,1940, p.86. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library.aspx> . Acesso em: 01/07/2021.



**Figura 1.** Larva do *Anopheles funestus*

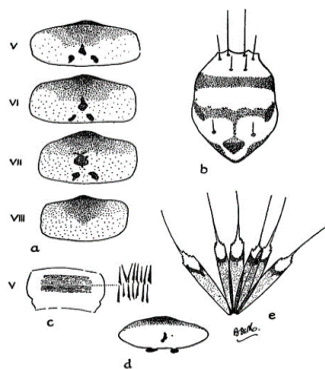


FIGURE 1. — *A. funestus*, larva  
a, plaque of abdominal segment V-VII; — b, frontal sphenoid pattern, dorsal setae and anal frontal setae; — c, abdominal setae of showing the peak of fine spines; — d, abdominal plaque of segment V showing the accessory plaques only partially enclosed by the large plaques; — e, setae from an abdominal pleural lobe of the 5th segment

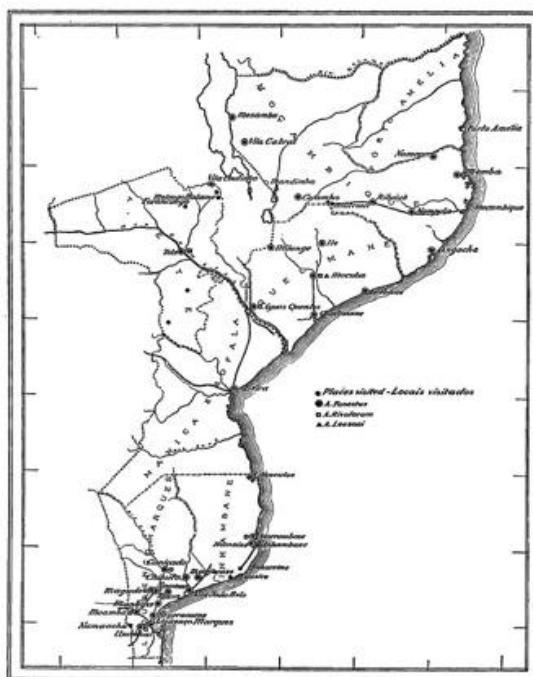
**Fonte:** PEREIRA, Mario de Carvalho; MEILLON, Botha, *Op. Cit*, 1940, p. 104.  
(link da imagem: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N023&p=104> )

Mario de Carvalho Pereira e o Dr. Botha Meillon registram que foram organizadas 64 coleções de diferentes de larvas<sup>30</sup>, a partir de uma prospecção feita pelos autores na colônia de Moçambique, nos primeiros meses de 1940. A figura 1 descreve uma larva do *A. funestus*, reconhecido naquele contexto como um dos mais importantes vetores da malária em África e, por isso, a sua importância do estudo das espécies *Funestus* na região. Além disso, os autores ainda denunciavam que enquanto pesquisas eram feitas no Trasnval, Rodesia do Sul e África Oriental, não existiam informações do problema na colônia de Moçambique. Nesse sentido, passam a elaborar um minucioso quadro da doença e dos vetores na região, descrevendo as características dos insetos e larvas encontradas nas prospecções feitas naquele período.

<sup>30</sup> As larvas encontradas foram: *A. funestus* Giles; *A. lesoni* Evans; *A. rivulorum* Lesson e *A. rivulorum* var. *garnhamellus* Evans e Lessson. PEREIRA, Mario de Carvalho; MEILLON, Botha, *Op. Cit*, 1940, p. 86.



**Figura 2.** Insetos distribuídos por espécies e mapa das principais regiões investigadas.



**Fonte:** PEREIRA, Mario de Carvalho; MEILLON, Botha, *Op. Cit*, 1940, p.111.  
Link da imagem: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N023&p=111>

Na imagem acima, Mario de Carvalho Pereira e o Dr. Botha Meillon descrevem os locais visitados nos primeiros meses do ano de 1940 e apresentam os resultados da coleta dos insetos distribuídos por espécies e o mapa das principais regiões investigadas, são elas: Tete, Manica e Sofala, Moçamedes, Inhambane, Lourenço Marques, Quelimane, Porto Amélia. As espécies encontradas estavam distribuídas entre *A. Funestus*; *A. Rivulorum* e *A. Leasoni*. De acordo com a imagem, o *A. Funestus* estavam distribuídos por quase toda a região, embora a maior concentração tenha sido identificada na região de Lourenço Marques e Inhambane. Apesar de revelarem o alcance limitado da expedição e dos poucos estudos sobre o tema na colônia, Mario de Carvalho Pereira e o Dr. Botha Meillon reconhecem que a espécie *funestus* como sendo o mais importante vetor da malária na África.

No relatório n. 27, publicado em 1941, o médico Dr. Alberto Soeiro, diretor do Instituto de Investigação médica em Moçambique, registrava como as ações da Estação Antimalárica eram a “oportunidade de colecionar e classificar outros insetos hematófagos que tanta importância tem na transmissão de muitas das doenças que afligem



as populações nos trópicos e sub trópicos”<sup>31</sup>. Além disso, o texto reforçava que a proposta era resolver o problema da entomologia médica em Moçambique, “sem o que não será possível uma campanha eficaz às endemias que tanto dificultam o estabelecimento da colonização europeia, o desenvolvimento de vastas áreas e o bem-estar das populações europeias”<sup>32</sup>. Assim, buscava-se não apenas combater a malária, mas conhecer as causas e outras das patologias que afetavam, especialmente os portugueses.

No relatório n.25, publicado em 1941, o médico Dr. Alberto Soeiro<sup>33</sup> inicia seu relatório constatando que o problema da luta antimalárica era extremamente complexo. No decorrer do seu texto defende a necessidade de se conhecer melhor a topografia da colônia, a climatologia, os hábitos das espécies anofélicas e as condições de vida dos habitantes ao combate da doença. Até aquele momento de publicação do relatório vinte e três espécies de anofelinos e quatro variedades tinham sido encontradas na colônia de Moçambique. Logo, reconhecendo que a malária é um problema local, tornava-se crucial para luta antimalárica do período avaliar o melhor processo de combate a doença de acordo com as condições locais.

Citando um relatório da Comissão de Malária da Sociedade das Nações, Dr. Alberto Soeiro informa que é necessário um estudo preliminar em cada país ou área para definição do melhor processo a ser adotado no combate a doença. Esse estudo preliminar, que passou a fazer parte discussão dos médicos portugueses nas colônias, por um lado, além de impulsionar as incursões científicas organizadas pela metrópole através do vasto território colonial, refletia um quadro mais amplo das políticas coloniais iniciadas em fins do século XIX.

Segundo o médico Dr. Alberto Soeiro, que se destaca como importante incentivador do combate a malária na região da África oriental, “para a luta antimalárica, importa, principalmente, um estudo minucioso dos insetos vectores”. No lastro dos estudos entomológicos, chamava atenção que era necessário ir além da compilação de estatísticas hospitalares, “sem haver rigorosas investigações sobre o grau de intensidade da malária” tornava-se problemático avaliar “os êxitos possíveis nesta campanha, nem

---

<sup>31</sup> SOEIRO, Alberto. Estação antimalárica de Lourenço Marques. In: *Moçambique: Boletim Trimestral*. n.27 (1941) p.67-68. p. 57. Disponível em: Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library.aspx> . Acesso em: 01/07/2021.

<sup>32</sup> SOEIRO, Alberto. Op. Cit., n. 27, 1941. p. 58.

<sup>33</sup> SOEIRO, Alberto. Índice de Infestação nos alunos das escolas de Lourenço Marques. In: *Moçambique: documentário trimestral*. N. 25 (1941), p. 41-87; p.41. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library.aspx> . Acesso em: 01/07/2021.



tampouco fazer ideia perfeita dos principais locais a sanear”<sup>34</sup>. Talvez, possamos desde já argumentar que o conhecimento profundo dos locais que deviam ser saneados foi fundamental para a construção do território colonial naquelas franjas do Índico. O conhecimento da etiologia de doenças como a malária, a descoberta de evidências que o vetor não se limitava aos bairros “indígenas” favoreceu o incremento de medidas de controle e organização da população local na cidade.

Nesse quadro, o médico Dr. Alberto Soeiro constatou que as estatísticas sobre os doentes impaludados naquele período, por serem recolhidas nos principais hospitais de Lourenço Marques, estava restrita a um grupo específico de doentes, os colonos europeus. As estatísticas produzidas pelos hospitais não eram suficientes para o combate dos surtos epidêmicos de malária e, por isso registra-se no relatório de 1937 que o médico Dr. Alberto Soeiro e sua equipe resolveram fazer inquérito nas escolas de Lourenço Marques, mais especificamente as escolas frequentadas pelas crianças *indígenas*.

Além das inúmeras expedições enviadas aos sertões da colônia (muito comum desde o século XIX), conhecia-se muito pouco do cotidiano das populações locais do interior. O traçado urbano da capital com as moradias, as escolas localizadas em espaços citadinos tornaram-se espaços privilegiados de investigação das doenças epidêmicas. Nesse sentido, concentramos nossa análise em dois inquéritos realizados pelos médicos da estação antimalárica no final dos anos de 1930. Vejamos,

#### **a. Inquérito de maio a setembro de 1937**

No relatório de 1937 encontramos registradas 30 escolas em Lourenço Marques. O estudo ocorreu entre maio a setembro, período em que as reinfecções eram menos frequentes. Antes de seguir para a apresentação dos dados coletados, o Dr. Alberto Soeiro narra quatro pontos principais que poderiam prejudicar o inquérito nas escolas: 1. Classe social das crianças; 2. Crianças com menos de cinco anos não eram examinadas; 3. Crianças doentes que, geralmente, não frequentaram a escola; 4. Escolas que fornecem quinização profilática ou o tratamento antimalárico. Neste último, é importante destacar que a quinização profilática consistia na utilização de derivados da quinina como método preventivo contra a malária.

Provavelmente, o ponto de referência para comparação eram as escolas exclusivas para os filhos dos colonos metropolitanos. O médico deixou bem claro que tais

---

<sup>34</sup> SOEIRO, Alberto. Op. Cit., n. 25, 1941, p.42



características não faziam parte da realidade das escolas que visitaram, ou seja, provavelmente boa parte dos 4.669 alunos e alunas que estudavam em 30 escolas de Lourenço Marques compartilhavam experiências de uma mesma classe social (indígenas): “escolas frequentadíssimas pelos indígenas desde a mais baixa idade; na altura do nosso exame, muitos poucos faltaram por doenças (nas escolas) não se fazia ao tempo quinização profilática”<sup>35</sup>. Os alunos das escolas visitadas somavam 4669, sendo todos com aparente boa saúde. Além disso afirmaram, “conhecendo-se as residências da maioria dos alunos, foi possível organizar um mapa da cidade, por bairros, se encontra marcado o grau de infestação de cada um deles.”<sup>36</sup>.

#### **b. Inquérito de abril a maio de 1938**

De acordo com o segundo inquérito, esse era um período que a infestação ocorria mais intensamente. Segundo Soeiro, “Este segundo trabalho foi realizado nos meses de abril e maio de 1938, ou seja, logo no final da estação das chuvas, numa altura em que o grau de infestação nos parece mais intenso”<sup>37</sup>. Parece que, nesse segundo ano de investigação, os médicos tentaram corrigir alguns métodos utilizados na pesquisa do ano anterior reduzindo o número de examinados com o objetivo de estudar mais cuidadosamente as espécies de plasmódios. Foram 19 escolas e um total de 2.849 alunos e uma grande maioria deles eram africanos. Deste total, foi contabilizado 276 europeus, 1.905 africanos, 458 mistos, 141 indianos e 69 amarelos.

Analisando em conjunto os resultados obtidos na raça negra, que é como a “**sementeira**” da infecção malárica, veremos que o índice parasitário é de 58,33% por cento dos 2 a 5 anos, de 49,53% dos 5 a 10 anos, de 40,16 dos 10<sup>a</sup>15 anos e de 29,62 nos adultos<sup>38</sup>.(grifo nosso)

As escolas visitadas na cidade foram distribuídas em nove regiões, sendo calculado o índice de infestação entre os alunos da seguinte forma: Baixa e Porto, 29,09%; Central, 10,64%; Alto Maé, 25,63%; Machaquene, 4,61%; Polana, 5,1%; Ponta

<sup>35</sup> SOEIRO, Alberto. Op. Cit., n. 25, 1941, p.43.

<sup>36</sup> SOEIRO, Alberto. Op. Cit., n. 25, 1941, p.43.

<sup>37</sup> SOEIRO, Alberto. Op. Cit., n. 25, 1941, p.58.

<sup>38</sup> SOEIRO, Alberto. Op. Cit., n. 25, 1941, p.68.



Vermelha, 10,66%; Subúrbio Ocidental, 37,27%; Subúrbio Oriental, 39,86% e Catembe, 65,52%.

**Figura 3.** Mapa da cidade.



**Fonte:** SOEIRO, Alberto. Op. Cit., n. 25, 1941, p.59.

Link da imagem: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N025&p=59>

O número de “parasitados” nesta etapa da pesquisa foi de 1033 alunos, 36,25% maior do que o primeiro exame. O médico concluiu que a maior parte da população era infectada ainda muito jovem e repetidamente. Muitos indivíduos, aparentemente sãos, representavam um risco para a população não imune passando a defender uma “vigilância cuidadosa” em relação a doença. Ao considerar a proporção mais elevada de alunos africanos nos dois inquéritos, confirmava-se a ideia para aqueles médicos e cientistas que eram a população autóctone era “sementeira” da “infecção malária” na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O investimento nas análises acerca da discussão em torno da história da malária no contexto de construção da política e a ideologia colonial apresentam novas possibilidades de reflexão sobre as relações de poder subjacente a ocupação dos territórios





africanos, na conjuntura do imperialismo europeu na primeira metade do século XX<sup>39</sup>. Neste contexto, verifica-se as interações e inter-relações da medicina colonial e internacionalização das pesquisas sobre as doenças endêmicas e epidêmicas com o incremento das relações coloniais no território africano.

Desde fins do século XIX, informações sobre doenças endêmicas e epidêmicas que se disseminavam nos territórios coloniais eram registrados nos acervos históricos de natureza diversa. Evidencia-se nos relatórios oficiais da burocracia colonial que a malária era uma preocupação constante nos relatos dos médicos, nos debates científicos do período em relação a identificação dos plasmódios, dos vetores que transmitiam a doença.

Nesse sentido, o processo de implantação da medicina colonial em Moçambique faz parte de um contexto histórico mais amplo, em que a medicina colonial instalada no território africano oriental revelava-se uma dimensão complexa do colonialismo português em África.

Logo, compreendemos que o estudo da saúde e da doença pode contribuir para refletirmos sobre o colonialismo como um processo dinâmico que engloba agências externas e internas, sem cairmos na armadilha da mitificação da África e dos africanos, pois “onde se enxergam essências devemos apreender a ver processos históricos, dinâmicas sociais e culturas em movimento”<sup>40</sup>.

Por abordagens e caminhos diferentes, reflexões recentes verifica-se a retomada crítica acerca das estruturas teóricas e conceituais que alimentaram os modelos de assistência médica colonial e o combate às doenças epidêmicas nas realidades africanas, assim como o instrumental médico científico foi utilizado para reorganização dos territórios e reconstrução das identidades nacionais. Por fim, a retomada crítica acerca das estruturas teóricas e conceituais que alimentaram os modelos de assistência médica colonial e o combate às doenças epidêmicas nas realidades africanas são indicativas da complexidade da vida colonial e como o instrumental médico científico foi utilizado para reorganização dos territórios africanos.

---

<sup>39</sup> Para uma discussão mais abrangente sobre o Programa Global de Erradicação da Malária (GMEP) nesse período ver: Nájera JA, González-Silva M, Alonso PL (2011) Some Lessons for the Future from the Global Malaria Eradication Programme (1955–1969). *PLoS Med* 8(1). January 25, 2011. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1000412> Acesso em 29/06/2021.

<sup>40</sup> COUTO, Mía. Um retrato sem moldura. In: HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2008, p. 12.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELO, Cláudia. “Apresentação: memórias coloniais: práticas políticas e culturais entre a Europa e a África”. In: Cadernos de Estudos Africanos, 9/10, 2006. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cea/1195>>. Acesso em: 01/05/2019.

CARVALHO, Diana Maul. História das doenças e epidemiologia: encontros e desencontros. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres *Uma história Brasileira das doenças, vol. 6*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

COOPER, Frederick. *Histórias de África. Capitalismo, modernidade e globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016.

COUTO, Mia. Um retrato sem moldura. In: HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2008.

GRMEK, Mirko D. *História da Sida*. Editora Relógio D'água. 1994.

HAVIK, Philip J. Saúde pública, microbiologia e a experiência colonial: o combate à malária na África ocidental (1850-1915). In: BARRETO, Renilda; BASTOS, Cristiana. *A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios*. CIDADE: Edições ICS, 2012, p. 317-350.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAIS, Carolina Maíra Gomes. *Estado colonial português e medicina ao sul do Save, Moçambique (1930-1975)*. Dissertação, COC/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2014.

NOORMAHOMED, Emília Virginia e ROSÁRIO, Virgílio E. do. Aspectos da história da malária em Moçambique no período colonial. *Mnemosine Revista / Programa de Pós-Graduação em História*. Centro de Humanidades Universidade Federal de Campina Grande. n. 1 (2016), p.34).

PEREIRA, Mario de Carvalho; MEILLON, Botha. Notas sobre alguns anofelinos da África Oriental Portuguesa. In: *Moçambique: Boletim Trimestral*. n.23,1940. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library.aspx>. Acesso em: 01/07/2021.

TRAJANO FILHO, Wilson; DIAS, Juliana Braz. “O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social”. In: Anuário Antropológico, n. II, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/137114>>. Acesso em: 10/07/2019.

ROQUE, Ana Cristina. “Doença e cura em Moçambique nos relatórios dos Serviços de Saúde dos finais do século XIX”, *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 21 (2), 2014. pp. 515-537.

\_\_\_\_\_. Doenças endêmicas e epidêmicas em Lourenço Marques no início do Século XX: processos de controlo versus desenvolvimento urbano. (2016) Anais Inst. Hig. Med. Trop. 2016; 16. p.167-174. Disponível em: <http://core.ac.uk/download/pdf/199254079.pdf>. Acesso em 30/06/2021.



SANTANA, Jacimara Souza. *A experiência dos Tinyanga, médicos-sacerdotes, ao sul de Moçambique: identidades, culturas e relações de poder* (C. 1937-1988). UNICAMP: Campinas, SP. 2014.

SOEIRO, Alberto. Estação antimalárica de Lourenço Marques. In: *Moçambique: Boletim Trimestral*. n.27 (1941) p.67-68. Disponível em: Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library.aspx> . Acesso em: 01/07/2021.

SOEIRO, Alberto. Índice de Infestação nos alunos das escolas de Lourenço Marques. In: *Moçambique: documentário trimestral*. N. 25 (1941).. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library.aspx> . Acesso em: 01/07/2021.

ZAMPARONI, V. *Entre Narros & Mulungos. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890-c. 1940*. Tese de doutorado, USP, 1998.

**Data de submissão:** 05/07/2021

**Data de aceite:** 01/10/2021.

